

QUESTÕES DE DIREITO EMPRESARIAL DA PROVA OBJETIVA DA OAB/RJ

ORGANIZADO
POR
LEONARDO PESSOA¹

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 08.02.2012

¹ **Leonardo Ribeiro Pessoa** - Advogado e Mestre em Direito Empresarial e Tributário. Professor da Graduação da IBMEC-RJ e da Pós-graduação da FGV-RJ.

TÍTULOS DE CRÉDITO

1. Acerca da disciplina normativa do cheque, assinale a opção correta.

- (A) A lei veda ao banco sacado a prestação de aval para garantir o pagamento do cheque.
- (B) Admite-se, excepcionalmente, a estipulação de cláusula de juros inserida no cheque.
- (C) A lei admite a emissão de cheque contra banco, instituição financeira ou cooperativa de crédito.
- (D) Assim como os demais títulos de crédito, o cheque deve ser apresentado para aceite.

Resposta: A – art. 29 da Lei 7357/85

2. Uma letra de câmbio foi sacada por Z contra X para um beneficiário Y e foi aceita. Posteriormente, foi endossada sucessivamente para A, B, C e D. Nessa situação hipotética, I Z é o sacado, X é o endossante, Y é o tomador.

II apostou o aceite na letra, X torna-se o obrigado principal.

III se, na data do vencimento, o aceitante se recusar a pagar a letra, o portador não precisará encaminhar o título ao protesto para garantir o seu direito de ação cambial ou de execução contra os coobrigados indiretos.

IV se A promover o pagamento ao portador D, os endossantes B e C estarão desonerados da obrigação.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.

Resposta: D - art. 28 e seguintes do Decreto 57.663/66

3. Os títulos de crédito são tradicionalmente concebidos como documentos que apresentam requisitos formais de existência e validade, de acordo com o regulado para cada espécie. Quanto aos seus requisitos essenciais, a nota promissória: (2008.2)

- A) poderá não indicar o nome do sacado, permitindo-se, nesse caso, saque ao portador.
- B) precisa ser denominada, com sua espécie identificada no texto do título.
- C) poderá ser firmada por assinatura a rogo, se o sacador não puder ou não souber assiná-la.
- D) conterá mandato puro e simples de pagar quantia determinada.

Resposta: B – 75 da LUG

4. De acordo com a legislação em vigor relativa a títulos de crédito, não é passível de aceite a:

- A) duplicata.
- B) duplicata rural.
- C) letra de câmbio.
- D) nota promissória.

Resposta: D – arts. 77 e 78 da LUG

5. No título de crédito, a cláusula proibitiva de endosso:

- A) Deve ser lançada no próprio título, em assinatura isolada, no verso.
- B) Considera-se não escrita.
- C) Implica na total impossibilidade de transferência do título.
- D) Considera-se escrita, desde que não constitua motivo e oposição ao terceiro portador.

Resposta: B – art. 12 de Decreto 57.663/66

6. Considerando-se que Paula tenha endossado a Luana um cheque de terceiro no valor de R\$ 500,00, é correto afirmar que:

- A) Paula, por ter endossado o cheque, responde pela solvência do devedor principal, no valor de R\$ 500,00.
- B) o endosso produz os mesmos efeitos jurídicos de uma cessão civil de créditos.
- C) o endosso transfere a Luana a posse, não a propriedade do título de crédito.
- D) o endosso de Paula será nulo de pleno direito se a obrigação consubstanciada no cheque já estiver vencida.

Resposta: A – art. 21 da Lei 7.357/85

7. Dos títulos de crédito abaixo, o único que admite aceite do sacado é o(a):

- A) nota promissória.
- B) conhecimento de frete.
- C) duplicata de prestação de serviços.
- D) cédula de crédito rural.

Resposta: C – art. 8º, da Lei 5.474/68

8. Os atos extrajudiciais que interrompem a prescrição da pretensão à execução do emitente de cheque incluem o(a):

- A) devolução do cheque pelo sacado por insuficiência de fundos.
- B) protesto cambial.
- C) envio de correspondência notificando o não pagamento.
- D) saque de duplicata à vista em substituição ao cheque devolvido.

Resposta: B – 47 e 59 da Lei 7.357/85 c/c artigo 71 do Dec. 57.663/66

9. O aval parcial de uma nota promissória é:

- A) simplesmente ineficaz.
- B) nulo.
- C) considerado não-escrito.
- D) válido e eficaz.

Resposta: D – art. 30 do Dec. 57.663/66

10. Acerca de conhecimento de depósito e warrant, assinale a opção incorreta.

- A) São títulos de crédito representativos de direitos sobre mercadorias.
- B) O warrant é título de crédito que confere direito de penhor sobre a mercadoria depositada em armazém geral.
- C) O conhecimento de depósito e o warrant são títulos unidos, emitidos simultaneamente pelo depositário, a pedido do depositante, podendo ser transmitidos unidos ou separadamente, mediante endosso.
- D) Em relação ao conhecimento de depósito, tem o portador desse título direito de regresso contra endossantes anteriores, desde que efetivado o protesto cambial no prazo legal.

Resposta: D – art. 18, § 1º do Decreto 1.102/1903

11. Com relação a resseguro, assinale a opção correta.

- A) Trata-se de operação de seguro em que duas ou mais seguradoras, com a anuência do

segurado, dividem entre si o risco de uma apólice, sem solidariedade.

- B) Somente sociedades de economia mista podem realizar operações de resseguro no Brasil.
- C) Os riscos do resseguro podem ser transferidos, total ou parcialmente, de um ressegurador para outro ressegurador, ou de um ressegurador para sociedade seguradora local.
- D) Sociedade estrangeira não pode realizar operação de resseguro no Brasil.

Resposta: C – art. 4º da Lei Complementar 126/07

12. Em relação ao aceite nas letras de câmbio, é INCORRETO afirmar:

- A) A letra pode ser apresentada até o vencimento pelo portador ou até por um simples detentor;
- B) É vedado ao sacado riscar o aceite já dado, mesmo antes da restituição da letra;
- C) O sacador pode determinar que a apresentação ao aceite não poderá efetuar-se antes de determinada data;
- D) O sacado pode limitar o aceite a uma parte da importância sacada.

Resposta: B – art. 29 do Decreto 57.663/66

13. A letra de câmbio, que não contenha expressamente a cláusula à ordem:

- A) É transmissível por via de endosso, só não o sendo em caso do sacador ter inserido no título as palavras "não à ordem";
- B) Não pode ser transmitida por via de endosso, sendo transmissível apenas pela forma e com os efeitos de uma cessão ordinária de créditos;
- C) Só pode ser endossada com a aceitação expressa do sacador;
- D) É transmissível por endosso, mas o endossante, via de regra, não se torna garantidor do pagamento da letra.

Resposta: A – art. 11 do Decreto 57.663/66

14. Para a validade do aval, dado no anverso de uma nota promissória:

- A) Torna-se indispensável a concordância expressa do avalizado;
- B) É suficiente a simples assinatura do avalista;

- C) Deverá constar se o aval é pelo total da quantia expressa ou parcial;
- D) Deverá ser inserida, expressamente, declaração firmada pelo credor concordando com a indicação do avalista.

Resposta: B – art. 31 do Decreto 57.663/66

15. Marque a alternativa correta no que se refere à letra de câmbio que não contém a indicação do lugar em que deve se efetuar o pagamento:

- A) Não produz efeitos quanto título de crédito;
- B) Considera-se como pagável à vista, no domicílio do tomador;
- C) Considera-se pagável no lugar designado ao lado do nome do sacador;
- D) Considera-se pagável no lugar designado ao lado do nome do sacado.

Resposta: D – art. 2º do Decreto 57.663/66

16. São requisitos da nota promissória, exceto:

- A) Expressão “nota promissória” e nome do beneficiário da promessa de pagamento;
- B) Aval e aceite;
- C) A promessa pura e simples de pagar uma quantia determinada e data do pagamento;
- D) Expressão “nota promissória” e assinatura do susbscritor.

Resposta: B – art. 75 do Decreto 57.663/66

17. São títulos de crédito causais:

- A) Nota promissória e cédula de crédito industrial;
- B) Letra de câmbio e duplicata;
- C) Conhecimento de depósito e duplicata;
- D) Letra de câmbio e nota promissória.

Resposta: C – art. 15 do Decreto 1.102/1903 e art. 1º do Decreto 5.474/68

18. Quanto aos títulos de crédito, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Pode o portador promover a execução do cheque em até 6 meses, contados da expiração do prazo para apresentação para pagamento, que é de 15 dias;
- B) É de 10 dias o prazo para remessa da duplicata ao comprador, contado da data de sua emissão;
- C) O cheque se constitui numa ordem de pagamento à vista, sendo permitido o seu endosso total ou parcial;
- D) O endosso transmite a propriedade do título de crédito e se completa com a sua tradição.

Resposta: D – art. Art. 14 do Decreto 57.663/66

19. Em relação ao aceite nas letras de câmbio, é INCORRETO afirmar:

- A) A letra pode ser apresentada até o vencimento pelo portador ou até por um simples detentor.
- B) É vedado ao sacado riscar o aceite já dado, mesmo antes da restituição da letra.
- C) O sacador pode determinar que a apresentação ao aceite não poderá efetuar-se antes de determinada data.
- D) O sacado pode limitar o aceite a uma parte da importância sacada.

Resposta: B – art. 29 do Decreto 57.663/66

20. Assinale a alternativa correta:

- A) Nas sociedades anônimas, o capital social poderá ser formado com contribuições em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro, desde que referida avaliação seja feita por 1 (um) perito, sendo vedada a contratação de empresa especializada para tal fim;
- B) Concluída a operação de incorporação, a sociedade incorporada não se extinguirá até que sejam satisfeitas todas as suas obrigações;
- C) De acordo com o Direito Brasileiro, é expressamente vedada a cessão, total ou parcial, da patente ou do pedido de patente;
- D) A nota promissória é uma promessa de pagamento, e deve conter como um dos requisitos essenciais para sua validade o nome da pessoa a quem deve ser paga.

Resposta: D – art. 75, alínea 5 do Decreto 57.663/66

21. Em relação ao Direito Cambiário, é correto afirmar que (2011.1 – FGV)

A) a duplicata, quando de prestação de serviços, pode ser emitida com vencimento a tempo certo de vista.

B) o aval dado em uma nota promissória pode ser parcial, ainda que sucessivo.

C) o protesto é necessário para garantir o direito de regresso contra o(s) endossante(s) e o(s) avalista(s) do aceite de uma letra de câmbio.

D) o aceite no cheque é dado pelo banco ou instituição financeira a ele equivalente, devendo ser firmado no verso do título.

Resposta: B - art. 30 da LUG

22. Com relação ao instituto do aceite de títulos de crédito, assinale a alternativa correta. (2012.1)

(A) A duplicata pode não ser aceita, sem qualquer fundamentação pelo sacado; neste caso, ele não será responsável pelo pagamento do título.

(B) Para a cobrança de uma duplicata não aceita, é necessária apenas a realização de seu protesto.

(C) O aceite de cheque é condição essencial para que o beneficiário possa executar o sacado.

(D) O aceite de uma letra de câmbio torna o sacado devedor direto do título.

Resposta: D – art. 28 da LUG

SOCIETÁRIO GERAL

1. Os sócios da Frente e Verso Tecidos Ltda. Praticaram atos desvirtuados da função da pessoa jurídica, constatando-se fraude relativa à sua autonomia patrimonial. Os credores propuseram a ação judicial competente e o juízo a quo decretou a desconsideração da personalidade jurídica da referida sociedade. Considerando a situação hipotética apresentada e a disciplina normativa da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a opção correta.

(A) O juízo a quo não tem competência para decretar a desconsideração da personalidade jurídica da Frente e Verso Tecidos Ltda., mas apenas para decidir por sua dissolução, total ou parcial, nos casos de fraude relativa à autonomia patrimonial.

(B) A decretação da desconsideração da personalidade jurídica da Frente e Verso Tecidos Ltda. acarreta sua liquidação.

(C) A decisão judicial importará na extinção da Frente e Verso Tecidos Ltda., com a posterior liquidação de seus bens materiais e imateriais.

(D) A desconsideração da personalidade jurídica importará na retirada momentânea da autonomia patrimonial da Frente e Verso Tecidos Ltda., para estender os efeitos de suas obrigações aos bens particulares de seus sócios.

Resposta: D – art. 50 do CC

2. Considerando os vários tipos de sociedades descritos no Código Civil e com base na teoria geral do direito empresarial, assinale a opção correta.

(A) As cooperativas, independentemente do objeto social, são sempre sociedades simples.

(B) A sociedade anônima pode adotar a forma simples, desde que o seu objeto social compreenda atividades tipicamente civis.

(C) A sociedade simples não possui personalidade jurídica, sendo desnecessária a inscrição de seu contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede.

(D) Na sociedade em comum, todos os sócios respondem limitadamente pelas obrigações da sociedade; assim, todos os sócios podem valer-se do benefício de ordem a que os sócios da sociedade simples fazem jus.

Resposta: A – art. 982, § único do CC

3. Acerca do exercício da empresa em sociedade, assinale a opção correta.

A) A qualificação de uma sociedade como empresarial só ocorre quando ela exerce atividade própria de empresário sujeito a registro.

B) A sociedade que precipuamente exercer atividade de empresário rural só poderá adotar tipo reservado às sociedades empresárias.

C) A constituição de sociedade para a realização de apenas um negócio determinado é incompatível com a atividade empresarial, pois impede a habitualidade de seu exercício.

D) O conceito de sociedade implica o exercício de atividade econômica, embora nem toda sociedade que realize atividade econômica seja necessariamente considerada empresarial.

Resposta: D – arts. 966 c/c 982 do Código Civil

4. Renato e Flávio eram sócios da pessoa jurídica X Comércio de Alimentos Ltda. Flávio era casado sob o regime de comunhão universal de bens e Renato era viúvo. Em julho de 2007, Renato faleceu em virtude de acidente automobilístico, deixando como único herdeiro seu filho de quatorze anos, o qual ficou sob a tutela de seu tio João. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

A) O filho de Renato, representado por João, com a concordância do sócio remanescente, poderá continuar a empresa, sendo desnecessária autorização judicial se essa hipótese de sucessão estiver prevista no contrato social.

B) Os bens particulares, estranhos ao acervo da empresa, que o filho de Renato já possuía ao tempo da sucessão não responderão por dívidas da sociedade.

C) Se, durante a fase de liquidação, Flávio optar pela dissolução da sociedade, na alienação de bens imóveis integrantes do patrimônio da empresa, será necessária a outorga de sua esposa.

D) Se João não puder exercer atividade de empresário, para que o filho de Renato possa continuar a empresa, deve-se nomear, com a aprovação judicial, um ou mais gerentes, ficando João isento da responsabilidade pelos atos do gerente nomeado.

Resposta: B – art. 974, § 2º do CC

5. Entende-se por principal estabelecimento o:

- A) lugar da sede da empresa.
- B) local onde está assentado o ponto empresarial.
- C) o local do domicílio do empresário.
- D) lugar onde o empresário centraliza as suas atividades e a administração de seu negócio.

Resposta: D – art. 75, IV e § 2º do CC

6. Considera(m)-se como pequeno empresário, para efeito de enquadramento nas regras do art. 970 e do § 2.º do art. 1.179 do Código Civil:

- A) o empresário individual caracterizado como microempresa que aufera receita bruta anual de até R\$ 36.000,00.
- B) a sociedade simples e o microempresário individual que auferam receita bruta anual de até R\$ 36.000,00.
- C) as sociedades simples e empresária que auferam receita bruta anual de até R\$ 36.000,00.
- D) o empresário individual ou empresário de pequeno porte caracterizado como microempresa que aufera receita bruta anual de até R\$ 36.000,00.

Resposta: A – art. 68, da LC 123/06

7. De acordo com a teoria dos atos ultra vires:

- A) os atos praticados pelo administrador com excesso de poderes são sempre imputáveis à sociedade.
- B) a sociedade somente pode praticar atos que estejam expressa ou implicitamente compreendidos no seu objeto, sob pena de ineficácia do ato em relação à sociedade.
- C) no silêncio do contrato social, o administrador somente pode praticar atos de gestão previamente autorizados pelos sócios.

- D) a prática de qualquer ato estranho ao objeto depende de aprovação de sócios representando a maioria absoluta do capital social.

Resposta: B – art. 981, parágrafo único do CC

8. O ato de transformação importa na:

- A) sucessão dos direitos e obrigações de uma sociedade existente por outra sociedade recém-constituída.
- B) obediência às normas de constituição e inscrição próprias do tipo em que a sociedade vai converter-se.
- C) dissolução de uma sociedade por ações.
- D) conversão de uma sociedade em massa falida.

Resposta: B – art. 1.113 do CC

9. Quanto ao funcionamento da sociedade estrangeira no Brasil, pode-se dizer que:

- A) Só poderá fazê-lo por estabelecimentos subordinados, mesmo que sem autorização do Poder Executivo.
- B) Mesmo que autorizada a funcionar no Brasil a sociedade estrangeira não se sujeita às leis brasileiras.
- C) A sociedade estrangeira autorizada a funcionar no Brasil não pode nacionalizar-se, a não ser com autorização do Poder Executivo e mediante transferência de sua sede para o Brasil.
- D) A sociedade estrangeira autorizada a funcionar no Brasil pode ter seu representante legal no exterior, desde que ele venha ao país semestralmente para resolver os assuntos administrativos.

Resposta: C – art. 1.134 do CC

10. Quanto ao nome empresarial, de acordo com as normas do Código Civil Brasileiro, não é correto afirmar:

- A) Pode a sociedade limitada adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final “limitada” ou a sua abreviatura;
- B) A sociedade em conta de participação funciona sob firma ou denominação, integradas pela

expressão “em conta de participação”;

- C) A sociedade cooperativa funciona sob denominação integrada pelo vocábulo “cooperativa”;
- D) A sociedade em comandita por ações pode, em lugar de firma, adotar denominação designativa do objeto social, aditada da expressão “comandita por ações”.

Resposta: B – art. 1.161 do CC

11. A inscrição do contrato social no órgão competente confere capacidade jurídica às sociedades, exceto à:

- A) Sociedade em comum;
- B) Sociedade simples;
- C) Sociedade em nome coletivo;
- D) Sociedade em conta de participação.

Resposta: D – art. 993 do CC

12. Assinale a resposta correta:

- A) A companhia terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos acionistas será sempre ilimitada;
- B) A sociedade anônima não pode ter fim lucrativo;
- C) A contribuição do sócio para o capital social na limitada pode consistir em prestação de serviços;
- D) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Resposta: D – art. 1.052 do CC

13. Quanto aos tipos societários existentes, é CORRETO afirmar:

- A) Na sociedade cooperativa, o capital social pode variar, mas a responsabilidade do sócio é sempre limitada ao valor da soma das cotas por ele detidas.
- B) Diz-se meramente coligada ou filiada a sociedade de cujo capital outra sociedade participa com menos de 10% (dez por cento) do capital com direito de voto da outra.

- C) O Código Civil de 2002 prevê que o administrador da sociedade limitada pode ser nomeado no contrato social ou por ato separado. No entanto, somente o sócio pode ser nomeado administrador no contrato social da sociedade limitada.
- D) Enquanto o ato de incorporação declara a extinção da sociedade incorporada, a fusão determina a extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações.

Resposta: D – art. 1.118 e 1.119 do CC

14. Marque a alternativa CORRETA:

- A) Na fusão é vedado aos sócios votar o laudo de avaliação do patrimônio da sociedade de que façam parte.
- B) Na fusão uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.
- C) Na fusão apenas os credores de dívidas líquidas e certas poderão promover judicialmente a anulação desta.
- D) Na fusão não há a extinção das sociedades que se unem, permanecendo estas com suas personalidades jurídicas independentes.

Resposta: A – art. 1.120, § 3º do CC

15. Com relação às sociedades personificadas e não personificadas, assinale a alternativa incorreta:

- A) A constituição da sociedade em conta de participação independe de qualquer formalidade e pode provar-se por todos os meios de direito;
- B) Independentemente de seu objeto, a sociedade por ações é sempre empresária;
- C) Somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais;
- D) Para a formação do capital social da sociedade limitada empresária, é facultada ao sócio a contribuição que consista em prestação de serviços.

Resposta: D – art. 1.055, § 2º do CC

16. Com relação às sociedades personificadas, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) A sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos.

- B) É nula a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.
- C) Na sociedade limitada empresária, depende da deliberação dos sócios a aprovação das contas da administração.
- D) Em nenhuma hipótese a sociedade limitada empresária poderá reduzir o seu capital.

Resposta: D – art. 1.082 do CC

17. A respeito da sociedade em comum, é correto afirmar que (2011.2)

- (A) os sócios respondem individual e ilimitadamente pelas obrigações sociais.
- (B) são regidas pelas disposições das sociedades simples.
- (C) na relação com terceiros, os sócios podem comprovar a existência da sociedade de qualquer modo.
- (D) os sócios são titulares em comum das dívidas sociais.

Resposta: D – art. 988 do Código Civil

EMPRESÁRIO

1. Afrânio, empresário individual, foi submetido a exame por junta médica que atestou ser ele portador de grave esquizofrenia, qualificando-o como permanentemente incapaz de gerir os próprios negócios. Por essa razão, o pai do empresário ajuizou pedido de interdição, com o pleito de ser nomeado seu curador e gerir seus negócios da vida civil. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- (A) Caso o pai de Afrânio, já como seu curador, esteja impedido, por lei, de exercer atividade empresarial, também não poderá proceder com a indicação de gerentes ao juízo para o exercício desse mister, com o que extinguirá a empresa.
- (B) A interdição de empresário individual determina necessariamente a extinção da empresa, sendo inviável a sua continuidade por qualquer meio, portanto o pai de Afrânio não poderá substituí-lo nos negócios.
- (C) Eventuais clientes que tenham comprado de Afrânio produtos mediante pagamento à vista, mas que ainda não tenham recebido as mercadorias, na hipótese de continuidade da atividade empresarial, estarão impedidos de reclamar o prejuízo em razão da patologia do empresário individual.
- (D) O pai de Afrânio, se curador nomeado judicialmente, poderá exercer atividade empresarial em nome do filho interditado.

Resposta: D – art. 974 do CC

2. Armando e Arnaldo, advogados, resolveram celebrar contrato de sociedade para realizar, por prazo indeterminado, a fabricação regular de peças para automóveis. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A) O instrumento do contrato deverá ser inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em razão de os sócios serem advogados.
- B) Sendo ambos os sócios advogados, a sociedade será necessariamente simples.
- C) A sociedade só existirá se o instrumento do contrato for submetido a registro.
- D) O instrumento do contrato deverá ser inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, por ser empresarial o objeto da atividade.

Resposta: D – art. 966 c/c 982 do Código Civil

3. Na comissão *del credere*:

- A) o comissário responde perante o comitente pela solvência das pessoas com quem contratar.
- B) o comitente não terá ação contra o comissário por perdas e danos.
- C) o comissário não responde pela insolvência da pessoa com quem contratar no interesse do comitente.
- D) o comissário fará jus a uma remuneração menor para compensar o risco da operação, a cargo do comitente.

Resposta: A – art. 698 do CC

4. Quanto ao direito de empresa, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A obrigatoriedade de inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede só se torna efetiva após o início de sua atividade.
- B) A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes. Está excluído de tais benefícios o empresário rural.
- C) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- D) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, ainda que tenham se casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.

Resposta: C – art. 966 do CC

5. Assinale a afirmativa CORRETA:

- A) Pode exercer a atividade empresarial a pessoa que estiver em pleno gozo da capacidade civil e não for legalmente impedida. A pessoa legalmente impedida, caso a exerça, não responderá pelas obrigações contraídas, pois tais atos serão considerados nulos.
- B) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- C) O empresário casado em regime de comunhão de bens precisa de outorga conjugal para alienar os imóveis que integrem o patrimônio de sua empresa.
- D) Para que seja considerada nacional, além de a sociedade ter sócios brasileiros, deve ter sede no país.

Resposta: B – art. 967 do CC

6. Em relação à incapacidade e proibição para o exercício da empresa, assinale a alternativa correta. (2011.2)

- (A) Caso a pessoa proibida de exercer a atividade de empresário praticar tal atividade, deverá responder pelas obrigações contraídas, podendo até ser declarada falida.
- (B) Aquele que tenha impedimento legal para ser empresário está impedido de ser sócio ou acionista de uma sociedade empresária.
- (C) Entre as pessoas impedidas de exercer a empresa está o incapaz, que não poderá exercer tal atividade.
- (D) Por se tratar de matéria de ordem pública e considerando que a continuação da empresa interessa a toda a sociedade, quer em razão da arrecadação de impostos, quer em razão da geração de empregos, caso a pessoa proibida de exercer a atividade empresarial o faça, poderá requerer a recuperação judicial.

Resposta: A – art. 973 do Código Civil

SOCIEDADE SIMPLES

1. Antônio e Joana casaram-se pelo regime da comunhão parcial de bens. Após o casamento, Antônio tornou-se sócio de sociedade simples com 1.000 quotas representativas de 20% do capital da sociedade. Passados alguns anos, o casal veio a se separar judicialmente. Assinale a alternativa que indique o que Joana pode fazer em relação às quotas de seu ex-cônjuge.

- (A) Solicitar judicialmente a partilha das quotas de Antônio, ingressando na sociedade com 500 quotas ou 10% do capital social.
- (B) Requerer a dissolução parcial da sociedade de modo a receber o valor de metade das quotas de Antônio calculado com base em balanço especialmente levantado, tomando-se como base a data da separação.

(C) Participar da divisão de lucros até que se liquide a sociedade, ainda que não possa nela ingressar.

(D) Requerer a dissolução da sociedade e a liquidação dos bens sociais para que, apurados os haveres dos sócios, possa receber a parte que lhe pertence das quotas de seu ex-cônjuge.

Resposta: C – art. 1.027 do CC

2. A respeito da classificação das sociedades em simples e empresárias, bem como da relação prevista em lei entre os tipos societários pertencentes a cada um desses grupos, é correto afirmar que as regras legais relativas à sociedade simples:

(A) são subsidiárias a todos os tipos societários.

(B) aplicar-se-ão à sociedade limitada se o respectivo contrato social não estabelecer a regência supletiva das normas sobre sociedade anônima.

(C) são subsidiárias apenas à sociedade em nome coletivo e à sociedade em comandita simples.

(D) são subsidiárias às da sociedade cooperativa, e as regras relativas à sociedade limitada são subsidiárias às demais sociedades empresárias, especialmente a sociedade anônima.

Resposta: B – art. 1.053 CC

3. A sociedade simples difere, essencialmente, da sociedade empresária porque

(A) aquela não exerce atividade própria de empresário sujeito a registro, ao contrário do que ocorre nesta.

(B) aquela não exerce atividade econômica nem visa ao lucro, ao contrário desta.

(C) naquela, a responsabilidade dos sócios é sempre subsidiária, enquanto nesta, é sempre limitada.

(D) aquela deve constituir-se apenas sob as normas que lhe são próprias, enquanto esta pode constituir-se utilizando-se de diversos tipos.

Resposta: A – art. 983 do CC

4. A propósito da dissolução e liquidação de sociedade simples, assinale a opção correta.

A) É imprescindível, em qualquer hipótese, que haja o consenso de todos os sócios.

B) Os administradores continuam gerindo os negócios normalmente até que seja concluída a liquidação.

C) A dissolução e a liquidação da sociedade não podem ocorrer no mesmo ato.

D) O Ministério Público está legitimado a, em situações especiais, promover a liquidação judicial da sociedade.

Resposta: D – art. 209, II, da Lei 6.404/76

5. Nas sociedades simples:

- A) As obrigações dos sócios começam com o registro do contrato junto ao órgão competente, e terminam quando, liquidada a sociedade, promove-se a averbação de tal fato em seu registro.
- B) A cessão total ou parcial de quota, mesmo sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, tem eficácia quanto a estes e à sociedade.
- C) O sócio que, a título de quota social, transfere crédito à sociedade, não responde pela solvência do devedor.
- D) O sócio pode, a qualquer tempo, examinar os livros e documentos, e o estado de caixa e da carteira da sociedade, salvo estipulação que determine época própria para tanto.

Resposta: D – art. 1.021 do CC

6. No que concerne às sociedades simples, não é correto afirmar que:

- A) Ela adquire personalidade jurídica com a inscrição de seus atos constitutivos no registro próprio, em até trinta dias subseqüentes à sua constituição;
- B) Pessoas jurídicas podem ser sócias em sociedades simples;
- C) As obrigações dos sócios começam imediatamente com o contrato, sendo vedada a designação de data diversa;
- D) A cláusula que exclua um sócio de participar de lucros e perdas é considerada nula.

Resposta: C – art. 1.001 do CC

7. Na administração da sociedade simples, nada dispendo o contrato social, podemos afirmar que:

- A) A administração compete, separadamente, a cada um dos sócios;
- B) A administração compete, em conjunto, a todos os sócios;
- C) A administração compete ao sócio majoritário;
- D) O contrato social deve mencionar sempre quem é incumbido da administração, sob pena de nulidade.

Resposta: A – art. 1.013 do CC

SOCIEDADE LIMITADA

1. No que se refere à cessão de quotas de sociedade empresária limitada, assinale a alternativa correta.

(A) O cedente responde solidariamente com o cessionário perante a sociedade e terceiros pelas obrigações que tinha como sócio até 3 anos após averbado no registro competente a modificação do contrato social.

(B) Na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem já seja sócio, independentemente da audiência dos demais.

(C) A cessão de quotas, consubstanciada na respectiva alteração contratual, terá eficácia entre cedente e cessionário somente após a sua averbação perante o órgão competente.

(D) Na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, para terceiro, estranho ao quadro de sócios, somente se houver a concordância da unanimidade dos demais sócios.

Resposta: B – art. 1.057 do CC

2. Com relação às regras que disciplinam a situação do sócio-quotista da sociedade limitada, assinale a opção correta.

(A) As quotas representam a necessária divisão do capital social em partes iguais, sendo as deliberações consideradas de acordo com o número de quotas de cada sócio.

(B) As quotas podem ser integralizadas pelos sócios por valores representados em dinheiro, bens ou prestação de serviços, respondendo solidariamente todos os sócios pela exata estimação dessas contribuições.

(C) As quotas são bens de livre disposição do sócio, que poderá vendê-las a outro sócio ou a terceiro, independentemente da anuência dos demais sócios.

(D) A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas.

Resposta: D – art. 1.052 do CC

3. Relativamente à deliberação dos sócios em uma sociedade limitada, assinale a opção incorreta.

A) As operações de incorporação e fusão dependem, obrigatoriamente, da deliberação dos sócios.

B) A deliberação em assembléia será obrigatória se o número dos sócios for superior a dez.

C) A reunião ou a assembléia tornam-se dispensáveis quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas.

D) A convocação da assembléia é privativa dos administradores e fiscais da sociedade, sendo obstado ao sócio realizá-la.

Resposta: D – art. 1.073 do CC

4. Considere que um advogado seja consultado sobre a possibilidade de uma sociedade limitada formada por dois sócios, um deles pessoa natural e o outro pessoa jurídica, com partes iguais no capital, ser administrada por pessoa jurídica não sócia. A propósito dessa situação, assinale a opção que apresenta uma resposta correta à referida consulta.

- A) Não há impedimento à nomeação de não sócio como administrador, inclusive pessoa jurídica.
- B) A nomeação de administrador pessoa jurídica só é válida se a mesma for sócio.
- C) Somente pessoa natural pode administrar a sociedade limitada.
- D) A administração pode ser exercida por pessoa jurídica desde que a mesma não seja sócio.

Resposta: C – art. 1.062, § 2º do CC

5. Na omissão do contrato social, a cessão de quotas da sociedade limitada de um sócio para outro sócio da mesma sociedade:

- A) depende da audiência prévia dos demais sócios para se aperfeiçoar.
- B) é eficaz quanto à sociedade na data da celebração do contrato de cessão, desde que firmada por todos os sócios.
- C) é oponível a terceiros na data da averbação do instrumento correspondente.
- D) só é válida se for assegurada aos demais sócios a preferência de adquirir as quotas em idênticas condições às oferecidas pelo sócio adquirente.

Resposta: C – art. 1.057, parágrafo único do CC

6. Em relação à diminuição do capital social de uma sociedade limitada, podemos afirmar que:

- A) Salvo expressa previsão no contrato social, não pode a sociedade reduzir o capital.
- B) A redução somente se tornará eficaz se não for impugnada no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação da ata de assembléia que aprovou a redução.
- C) A redução do capital social pode ser feita sem modificação do contrato.
- D) O capital social não pode ser reduzido, mesmo após integralizado, salvo se houver perdas irreparáveis para a sociedade.

Resposta: B – art. 1.084, § 1º do CC

7. Na sociedade limitada, se o contrato permitir administradores não sócios, já estando integralizado o capital social, a designação deles dependerá da aprovação dos sócios que representem, no mínimo:

- A) 2/3 do capital;
- B) 1/4 do capital;
- C) 1/2 do capital;
- D) 3/4 do capital.

Resposta: A – art. 1.061 do CC

8. Na modificação de um contrato social de uma sociedade limitada, a lei exige como “quorum” mínimo para que a deliberação dos sócios seja tomada:

- A) Os votos correspondentes a mais da metade do Capital Social;
- B) A maioria dos votos dos presentes à Assembléia Geral;
- C) Os votos correspondentes a 3/4 (três quartos) do Capital Social;
- D) A unanimidade dos votos dos cotistas integrantes do Capital Social.

Resposta: C – art. 1.071, V c/c art. 1.076, I do CC

9. Assinale a resposta CORRETA:

- A) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é sempre ilimitada.
- B) O capital social, na sociedade limitada, divide-se sempre em quotas iguais.
- C) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato separado.
- D) Os sócios não serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.

Resposta: C – art. 1.060 do CC

10. Em relação à modificação do capital social das sociedades limitadas, assinale a alternativa correta. (2011.1 – FGV)

- A) A diminuição do valor do capital social é direito da sociedade, não podendo haver objeção por parte dos credores.
- B) Há direito de preferência do sócio no caso de aumento do capital social, exercendo, primeiro, esse direito o sócio majoritário, que poderá adquirir todas as quotas ou quantas lhe

interessarem. Após exercido esse direito, caso restem quotas a serem adquiridas, terá preferência sobre os demais quem tiver maior número de quotas, e assim sucessivamente.

- C) Uma das hipóteses para que haja diminuição do capital social é que a sociedade tenha tido prejuízos que não serão mais recuperados, devendo-se, nesse caso, haver diminuição proporcional do valor das quotas, tornando-se efetiva essa diminuição a partir do momento em que for feita a averbação no cartório competente da ata da assembleia que a aprovou.
- D) Para que haja aumento do capital social, não há necessidade de os sócios terem integralizado totalmente suas quotas.

Resposta: C - arts. 1082, I c/c 1083 do Código Civil

11. A respeito da deliberação dos sócios na Sociedade Limitada, é correto afirmar que (2011.2)
- (A) a assembleia somente pode ser convocada pelos administradores eleitos no contrato social.
 - (B) as formalidades legais de convocação são dispensadas quando todos os sócios se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.
 - (C) a deliberação em assembleia será obrigatória se o número dos sócios for superior a cinco.
 - (D) as deliberações tomadas de conformidade com a lei e o contrato vinculam os sócios ausentes, mas não os dissidentes.

Resposta: B – 1.072, § 2º do Código Civil

12. A respeito das sociedades limitadas, assinale a alternativa correta. (2012.1)
- (A) A sociedade limitada, nas omissões das normas estabelecidas pelo Código Civil, será regida pela Lei 6.404/1976.
 - (B) A cessão de quotas de um quotista de uma sociedade limitada para outro quotista da mesma sociedade dependerá de prévia autorização estatutária.
 - (C) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato separado.
 - (D) Não dependerá de deliberação dos quotistas a nomeação ou a destituição dos administradores.

Resposta: C – art. 1.060 do Código Civil

SOCIEDADE ANÔNIMA

1. De acordo com o que dispõe a Lei das Sociedades por Ações, as ações, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confirmam a seus titulares, podem ser ordinárias, preferenciais ou de fruição. As ações de fruição:
- (A) são tipicamente usadas por acionistas especuladores, ou por aqueles que não têm interesse na gestão da sociedade.
 - (B) constituem títulos que podem ser atribuídos aos acionistas após suas ações serem integralmente amortizadas.

(C) conferem aos titulares apenas os direitos comuns de acionista sem quaisquer privilégios ou vantagens.

(D) conferem ao titular algum privilégio ou vantagem de ordem patrimonial, sem que, entretanto, o acionista tenha direito de participação nos lucros reais.

Resposta: B – art. 44, § 5 da LSA

2. Com base na disciplina jurídica das sociedades anônimas, julgue os seguintes itens.

I As sociedades por ações podem ser classificadas em abertas ou fechadas, considerando-se a participação do Estado em seu capital social.

II A Comissão de Valores Mobiliários, entidade autárquica em regime especial vinculada ao Ministério da Fazenda, é responsável pela emissão de ações em mercado primário.

III Ações preferenciais são aquelas que conferem ao seu titular uma vantagem na distribuição dos lucros sociais entre os acionistas e podem, exatamente por isso, ter limitado ou suprimido o direito de voto.

IV As ações, as debêntures, os bônus de subscrição e as partes beneficiárias, entre outras, são espécies de valores mobiliários emitidos pelas companhias para a captação de recursos.

V O valor nominal da ação é alcançado com a sua venda no ambiente de bolsa de valores.

Estão certos apenas os itens

(A) I e V.

(B) II e III.

(C) III e IV.

(D) I, II, IV e V.

Resposta: C – arts. 17 e seguintes da Lei das SA

3. Com base na Lei n.º 6.404/1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, assinale a opção correta acerca das características jurídicas desse tipo de sociedade empresarial.

A) Os bônus de subscrição conferem direito de crédito contra a companhia, podendo conter garantia real ou fluante.

B) As partes beneficiárias compõem o capital social desse tipo de sociedade, sendo permitida a participação nos lucros anuais.

C) As ações, quanto à forma, podem ser classificadas em ordinárias e preferenciais.

D) Nessas sociedades, apenas acionistas poderão ser simultaneamente titulares de ações e debêntures.

Resposta: D – art. 15 da Lei 6404/76

4. As sociedades anônimas

A) podem ser simples ou empresárias, conforme o objeto social.

B) estão proibidas por lei de receberem nome de pessoa física em sua denominação.

- C) são sociedades de capitais, sendo irrelevantes as características pessoais de seus acionistas.
- D) devem ser constituídas por, no mínimo, sete acionistas.

Resposta: C – art. 2º, § 2º da Lei 6.404/76

5. Na hipótese de companhia com acionistas detentores de ações preferenciais, sem direito a voto, se a companhia deixar de pagar dividendos fixos ou mínimos por 3 exercícios consecutivos:

- A) os preferencialistas podem exercer o direito de retirada, exigindo que a companhia reembolse o valor de suas ações.
- B) configura-se exercício abusivo de poder pelo(s) acionista(s) controlador(es).
- C) as ações preferenciais adquirem direito a voto até os dividendos em atraso serem pagos pela companhia.
- D) as ações preferenciais se convertem, automaticamente, em ações ordinárias.

Resposta: C – art. 111, § 1º da Lei 6.404/76

6. Na sociedade por ações é possível:

- A) Ter o capital dividido em ações e a responsabilidade dos acionistas ser limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas;
- B) Privar o acionista de participar dos lucros sociais;
- C) Criar ações ao portador;
- D) Fixar o capital social expresso em moeda estrangeira.

Resposta: A – art. 1º da Lei 6.404/76

7. Consideram-se ações em circulação no mercado:

- A) Todas as ações da companhia aberta;
- B) Todas as ações ordinárias e preferenciais;
- C) Todas as ações da companhia aberta, com exceção das de propriedade do acionista controlador, de diretores e conselheiros e das em tesouraria;
- D) Todas as ações ordinárias e preferenciais, com exceção das destinadas à formação de reserva de capital.

Resposta: C – art. 4-A, § 2o da Lei 6.404/76

8. A sociedade por ações:

- A) Pode ser simples ou empresária, dependendo de seu objeto social;
- B) Não é simples e tampouco empresária. Trata-se de um terceiro tipo societário sui generis, previsto em lei especial;
- C) Independentemente de seu objeto é sempre considerada empresária;
- D) Será sempre simples, com capital social dividido em ações e responsabilidade dos sócios limitada ao preço de emissão.

Resposta: C – art. 2º, § 1º da Lei 6.404/76

9. Assinale a afirmativa INCORRETA:

- A) Instituída pela Lei nº 6.385/76, a Comissão de Valores Mobiliários é uma entidade autárquica vinculada ao Ministério da Fazenda.
- B) As instituições financeiras privadas e as públicas não federais estão sujeitas à intervenção ou à liquidação extrajudicial, sempre efetuada e decretada pelo Banco Central do Brasil, com exceção das cooperativas de crédito, que têm seus processos de intervenção e liquidação instaurados por ato do Ministro da Fazenda.
- C) Criada pelo Decreto-lei nº 73/66, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) é uma entidade autárquica jurisdicionada ao Ministério da Indústria e do Comércio.
- D) O Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI) tem por finalidade principal executar, no âmbito nacional, as normas que regulam a propriedade industrial, tendo em vista a sua função social, econômica, jurídica e técnica.

Resposta: B – art. 1º da Lei 6.024/74

10. “A operação pela qual uma ou mais sociedades anônimas são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações”, é a definição de qual dos institutos abaixo indicados:

- A) Fusão;
- B) Transformação;
- C) Incorporação;

D) Cisão.

Resposta: C – art. 1.116 do CC c/c 223 da Lei 6.404/76

11. Na dissolução de uma sociedade anônima, pelo término do prazo de duração, no silêncio do estatuto, qual o Órgão competente para nomear o liquidante que irá funcionar durante o período da liquidação?

- A) Conselho de Administração;
- B) Assembléia Geral;
- C) Conselho Fiscal;
- D) Diretoria.

Resposta: B – art. 208 da Lei 6.404/76

12. Em relação ao Conselho Fiscal nas companhias de capital fechado, marque a alternativa mais adequada:

- A) É órgão de constituição obrigatória e funcionamento facultativo;
- B) É órgão de constituição e funcionamento obrigatórios;
- C) É órgão de constituição facultativa, cujo funcionamento se fará por pedido da Assembléia Geral;
- D) É órgão de funcionamento obrigatório e de constituição facultativa.

Resposta: A – art. 161 da Lei 6.404/76

13. A constituição da Sociedade Anônima por subscrição particular do capital deverá ser feita por deliberação de subscritores.

- A) Em Assembléia Geral ou por contrato particular;
- B) Somente em Assembléia Geral;
- C) Em Assembléia Geral ou por escritura pública;
- D) Somente por escritura pública.

Resposta: C – art. 88 da Lei 6.404/76

14. Na sociedade por ações é possível:

- A) Ter o capital dividido em ações e a responsabilidade dos acionistas ser limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas;
- B) Privar o acionista de participar dos lucros sociais;
- C) Criar ações ao portador;
- D) Fixar o capital social expresso em moeda estrangeira.

Resposta: A – art. 1.088 do CC

15. O Conselho de Administração, como órgão das Sociedades Anônimas, é obrigatório:

- A) Nas companhias abertas, nas sociedades de capital autorizado e nas sociedades empresárias.
- B) Nos grupos de sociedades, nas companhias fechadas e nas sociedades de capital autorizado.
- C) Nas sociedades de economia mista, nos grupos de sociedades e nas companhias abertas.
- D) Nas sociedades de capital autorizado, nas companhias abertas e nas sociedades de economia mista.

Resposta: D – art. 138, § 2º da Lei 6.404/76

16. Consideram-se ações em circulação no mercado:

- A) Todas as ações da companhia aberta.
- B) Todas as ações ordinárias e preferenciais.
- C) Todas as ações da companhia aberta, com exceção das de propriedade do acionista controlador, de diretores e conselheiros e das em tesouraria.
- D) Todas as ações ordinárias e preferenciais, com exceção das destinadas à formação de reserva de capital.

Resposta: C – art. 28 e seguintes da Lei 6.404/76

17. A sociedade anônima que queira ter por objeto participar de outras sociedades:

27

- A) Pode fazê-lo sem que haja previsão estatutária.
- B) Está impedida de fazê-lo por conta de vedação prevista em lei especial.
- C) Pode fazê-lo desde que haja previsão no Estatuto de forma precisa e completa.
- D) Somente poderá fazê-lo se for companhia de capital aberto, mesmo sem expressa previsão estatutária.

Resposta: A – art. 2º, § 3º da Lei 6.404/76

18. Quanto às Sociedades Anônimas, indique a afirmativa correta:

- A) Os membros do Conselho Fiscal, tanto os efetivos como os suplentes têm que ser acionistas da companhia.
- B) Desde que o acionista controlador manifeste seu interesse por escrito, a Assembléia Geral poderá privar os demais acionistas de participar do acervo da companhia, em caso de liquidação.
- C) As companhias abertas e as de capital autorizado terão, obrigatoriamente, Conselho de Administração.
- D) É expressamente vedada a eleição de membros do Conselho de Administração para o exercício do cargo de diretor.

Resposta: C – art. 138, § 2º da Lei 6.404/76

19. Quais são as garantias da debênture:

- A) Subordinativa aos demais credores da companhia e real;
- B) Real e flutuante;
- C) Preferencial e juros;
- D) Flutuante e subordinativa aos demais credores da companhia.

Resposta: B – art. 58 da Lei 6.404/76

20. Não é uma característica da sociedade anônima:

- A) Capital social dividido em ações, respondendo os acionistas pelo preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.
- B) Independentemente de seu objeto social, a sociedade anônima é sempre mercantil.

- C) A sociedade anônima pode exercer a sua atividade sob firma ou razão social, da qual só farão parte os nomes dos sócios diretores ou gerentes.
- D) A assembléia geral ordinária e a assembléia geral extraordinária são órgãos de deliberação da sociedade anônima.

Resposta: C – art. 1.160 do CC

21. Assinale a alternativa correta, levando-se em consideração o que dispõe a Lei 6.404/76:

- A) as ações preferenciais jamais possibilitam o direito de voto ao acionista preferencialista;
- B) as ações preferenciais sem direito de voto adquirirão o exercício desse direito se a companhia, pelo prazo previsto no estatuto, não superior a 5 (cinco) exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso;
- C) as ações preferenciais sem direito de voto adquirirão o exercício desse direito se a companhia, pelo prazo previsto no estatuto, não superior a 3 (três) exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos;
- D) as ações preferenciais que adquirirem o direito de voto, de nenhum modo perderão essa qualidade.

Resposta: C- art. 111, § 1º da Lei 6.404/76

22. Assinale a alternativa incorreta, levando-se em consideração a Lei de Sociedade Anônimas:

- A) A deliberação acerca da destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos é apreciada na Assembléia Geral Ordinária da companhia;
- B) A aprovação, na Assembléia Geral Ordinária, sem reservas, das demonstrações financeiras e das contas, exonera de responsabilidade os administradores e fiscais, salvo erro, dolo, fraude ou simulação;
- C) A Assembléia Geral Extraordinária que tiver por objeto reforma do estatuto somente se instalará em primeira convocação com a presença de acionistas que representem dois terços, no mínimo, do capital com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda com qualquer número;
- D) A Assembléia Geral Ordinária é legalmente impedida de eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal.

Resposta: D – art. 132, III da Lei 6.404/76

23. Conforme art. 4º da Lei 6404/76, as companhias podem ser classificadas em abertas ou fechadas, dependendo se seus valores mobiliários podem ou não ser negociados no Mercado de Valores Mobiliários. Em relação aos valores mobiliários das companhias abertas e fechadas, assinale a alternativa correta. (2011.2)

(A) Valores mobiliários são títulos que concedem a seu titular certos direitos em relação à companhia. São exemplos de valores mobiliários as ações, as debêntures, os bônus de subscrição e o certificado de valores mobiliários.

(B) O Mercado de Valores Mobiliários (MVM) compreende as bolsas de valores, o mercado de balcão e o mercado de balcão organizado. Para a companhia poder negociar no MVM, deverá preencher certos requisitos e obter autorização da Comissão de Valores Mobiliários e da Junta Comercial.

(C) As companhias abertas, caso queiram negociar suas ações, devem sempre fazê-lo por meio do mercado de valores mobiliários, ou seja, suas negociações serão sempre por oferta ao público em geral.

(D) Partes beneficiárias são títulos emitidos tanto pela companhia aberta quanto pela fechada que dão a seu titular direito a percentual no lucro da companhia.

Resposta: A – art. 4º da LSA e art. 2º da Lei 6.385/76

24. A respeito das debêntures, é correto afirmar que (2012.1)

(A) as debêntures da mesma série terão igual valor nominal e conferirão a seus titulares os mesmos direitos.

(B) o pagamento das debêntures sempre será estipulado em moeda nacional.

(C) a debênture não constitui valor mobiliário, sendo classificada tão somente como título de crédito.

(D) a companhia é obrigada a realizar a amortização das debêntures por meio de um único pagamento a seus titulares.

Resposta: A – art. 53 da LSA

SOCIEDADE EM NOME COLETIVO

1. Nas sociedades em nome coletivo,

(A) a administração pode competir a sócio ou a terceiro designado pelos sócios.

(B) os sócios respondem, de forma subsidiária e limitada à integralização de suas quotas, pelas obrigações sociais.

(C) os sócios podem ser pessoas físicas ou jurídicas.

(D) o falecimento de sócio implica a liquidação das quotas do falecido, caso o contrato social seja omissivo a tal respeito.

Resposta: D – art. 1.028 do CC

SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO

1. Com base nas disposições do Código Civil relativas à sociedade em conta de participação, é correto afirmar que:

- A) somente sócios que sejam pessoas físicas podem constituí-la.
- B) apenas os sócios ostensivos podem exercer a atividade constitutiva do objeto social.
- C) o ato constitutivo da sociedade deve ser, obrigatoriamente, inscrito na junta comercial.
- D) todos os sócios devem responder ilimitadamente pelas obrigações sociais devidas a terceiros.

Resposta: B – art. 991 do Código Civil

2. A respeito da sociedade em conta de participação, assinale a opção incorreta.

- A) O sócio ostensivo é o único que se obriga perante terceiros e de forma ilimitada.
- B) A sociedade é desprovida de personalidade jurídica.
- C) O sócio participante é unicamente obrigado perante o sócio ostensivo, na forma do contrato.
- D) O sócio participante não pode fiscalizar a gestão dos negócios sociais exercidos pelo sócio ostensivo.

Resposta: D – art. 993, parágrafo único do CC

NOME EMPRESARIAL

1. O nome comercial ou de empresa, ou, ainda, o nome empresarial, compreende, como expressão genérica, três espécies de designação: a firma de empresário (a antiga firma individual), a firma social e a denominação. Rubens Requião. Curso de direito comercial. 1.º vol., 27.ª ed., S. Paulo: Saraiva, 2007, p. 231 (com adaptações). Considerando a doutrina relativa às espécies de nomes comerciais, assinale a opção correta.

- (A) A utilização da expressão “sociedade anônima” pode indicar a firma de sociedade simples ou empresária.
- (B) O registro do nome comercial na junta comercial de um estado garante à sociedade constituída a exclusividade da utilização internacional da denominação registrada.
- (C) O direito brasileiro se filia ao sistema legislativo da veracidade ou da autenticidade. Assim, a firma individual deve ser constituída sob o patronímico do empresário individual.
- (D) A omissão do termo “limitada” na denominação social não implica necessariamente a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores da firma.

Resposta: C – art. 1.156 do CC

2. Assinale a opção incorreta em relação ao nome empresarial.

- A) As sociedades que tiverem exclusivamente sócios com responsabilidade ilimitada somente podem operar sob firma que ostente o nome de pelo menos um deles.
- B) O nome empresarial é próprio das sociedades empresárias, não havendo proteção legal à denominação adotada pelas sociedades simples.
- C) A alienação do estabelecimento não importa em concessão de uso do nome empresarial, salvo disposição contratual diversa.
- D) É vedada a alienação pura e simples do nome empresarial.

Resposta: B – art. 1.155, parágrafo único do CC

ESTABELECIAMENTO EMPRESARIAL

1. Alienado o estabelecimento empresarial, é correto afirmar, quanto às obrigações ligadas à sua exploração, que
- (A) o adquirente sub-rogar-se-á legalmente em todos os contratos estipulados pelo alienante.
 - (B) o adquirente não poderá fazer concorrência ao alienante pelo prazo de cinco anos.
 - (C) o adquirente receberá por cessão todos os créditos do alienante, invalidando-se qualquer pagamento posterior feito pelo devedor ao cedente.
 - (D) o adquirente obrigará-se-á solidariamente por créditos regularmente contabilizados, vencidos e vincendos, existentes na data do trespasse, agora por ele devidos.

Resposta: D – art. 1.146 do CC

2. Paulo e Vinícius, únicos sócios da Ômega Comércio de Roupas Ltda., decidiram ceder integralmente suas cotas sociais e, também, alienar o estabelecimento empresarial da sociedade para Roberto e Ana. Ômega Comércio de Roupas Ltda. havia celebrado contrato de franquia com conhecida empresa fabricante de roupas e artigos esportivos. Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.
- A) eficácia da alienação do estabelecimento empresarial dependerá sempre do consentimento expresso de todos os credores.
 - B) O adquirente não responderá por qualquer débito anterior à transferência do estabelecimento empresarial.
 - C) O franqueador não poderá rescindir o contrato de franquia com a Ômega Comércio de Roupas Ltda. com base na transferência do estabelecimento.
 - D) Os alienantes do estabelecimento empresarial da Ômega Comércio de Roupas Ltda. não poderão fazer concorrência aos adquirentes nos cinco anos subseqüentes à transferência, salvo se houver autorização expressa para tanto.

Resposta: D – art. 1.147 do CC

3. Sobre a alienação do estabelecimento, assinale a opção correta.
- A) O respectivo contrato produz efeitos quanto a terceiros após a sua averbação à margem da inscrição do empresário no registro público de empresas mercantis, ainda que não publicado na imprensa oficial.
 - B) Somente pode ser validamente realizada mediante a autorização expressa dos credores à época existentes.
 - C) O alienante responderá subsidiariamente pelos débitos anteriores à transferência.
 - D) Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em trinta dias a partir de sua notificação.

Resposta: D – art. 1.145 do CC

FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO

1. Suponha que Maria tenha ajuizado ação de cobrança contra a pessoa jurídica Y, a qual, no curso da referida ação de conhecimento, teve sua falência decretada pelo juízo competente. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta com base na legislação de regência.

(A) Se a habilitação do crédito de Maria ocorrer após a homologação do quadro geral de credores e for recebida como retardatária, Maria perderá o direito aos rateios eventualmente realizados, mas o valor de seu crédito será acrescido de juros e atualizado monetariamente até a data de sua integral satisfação.

(B) A decretação da falência de Y não pode suspender o curso da ação proposta por Maria.

(C) Caso a sede de Y esteja localizada fora do país, o juízo competente para a decretação da falência será o do local de sua filial no Brasil.

(D) O juízo competente para processar a ação proposta por Maria, poderá determinar, de imediato, a reserva da importância que estimar devida na falência.

Resposta: C – art. 3º da Lei 11.101/05

2. A Lei n.º 11.101/2005 prevê a possibilidade de o empresário renegociar seus débitos mediante os institutos da recuperação judicial e da recuperação extrajudicial. Acerca das semelhanças e diferenças entre ambos os institutos, assinale a opção correta.

A) Ambos os procedimentos exigem que o devedor apresente plano de recuperação, o qual somente vinculará os envolvidos se devidamente aprovado em assembléia geral de credores.

- B) Diferentemente do previsto para a recuperação extrajudicial, o pedido de recuperação judicial poderá acarretar a suspensão de ações e execuções contra o devedor antes que o plano de recuperação do empresário seja apresentado aos credores.
- C) Diferentemente do previsto para a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial limita-se a procedimento negociado entre o devedor e os respectivos credores, excluída a participação do Poder Judiciário em qualquer uma de suas fases.
- D) Ambos os procedimentos envolvem a negociação de todos os créditos oponíveis ao devedor, sendo a recuperação extrajudicial reservada apenas às microempresas e empresas de pequeno porte.

Resposta: B – art. 6º da Lei 11101/05

3. Consoante a regulamentação processual da falência, prevista na Lei n.º 11.101/2005, compete necessariamente ao juízo falimentar:

- A) a ação em que o falido figurar como autor e que seja oferecida após a decretação da falência.
- B) o pedido de restituição de bem alheio sob posse do devedor quando da decretação da falência.
- C) a reclamação trabalhista oferecida contra o falido após a decretação da falência.
- D) a execução fiscal em curso contra o devedor falido quando da decretação da falência.

Resposta: B – arts. 85 e 87 da Lei 11101/05

4. Os sócios da MN Serviços Ltda., pessoa jurídica que atua no ramo de prestação de serviços de limpeza e conservação, visando superar situação de crise econômico-financeira, deliberaram pela recuperação judicial da referida pessoa jurídica. Considerando a situação apresentada e as normas relativas à recuperação judicial das sociedades empresárias, assinale a opção correta.

- A) Para que a MN Serviços Ltda. possa requerer a recuperação judicial, é necessário que ela, no momento do pedido, esteja exercendo regularmente suas atividades há mais de cinco anos.
- B) Apenas os créditos vencidos do devedor, existentes na data do pedido, estarão sujeitos à recuperação judicial.
- C) A petição inicial da MN Serviços Ltda. deve ser instruída com as demonstrações contábeis relativas aos cinco últimos exercícios sociais.
- D) No ato em que for deferido o processamento da recuperação judicial da MN Serviços Ltda., deve ser nomeado administrador judicial, que pode ser pessoa física ou jurídica.

Resposta: D – art. 21 e parágrafo único c/c art. 52, I da Lei 11.101/05

5. Não pode ser incluído no plano de recuperação extrajudicial o crédito:

- A) quirografário.

- B) trabalhista.
- C) com garantia real.
- D) subordinado.

Resposta: B – art. 161 da Lei 11.101/05

6. Depósito elisivo da falência é o depósito:

- A) que poderá ser realizado pelo devedor, nos casos autorizados em lei, e no prazo da contestação, correspondente ao valor total do crédito, devidamente corrigido, acrescido de juros e honorários advocatícios, visando impedir a decretação da quebra, caso a defesa apresentada seja rejeitada pelo juiz.
- B) feito em pagamento pelo devedor, cuja falência é requerida em qualquer das hipóteses legais, visando confessar a legitimidade da dívida e impedir a decretação da falência.
- C) que o credor domiciliado no exterior está obrigado a realizar, para que possa requerer a falência no Brasil.
- D) que o devedor em recuperação judicial poderá realizar, relativamente à garantia do pagamento das obrigações assumidas no plano de recuperação correspondente, visando impedir a sua convalidação em falência fraudulenta.

Resposta: A – art. 98, parágrafo único da Lei 11.101/05

7. No curso do processo de recuperação judicial de sociedade anônima fechada, foi contratado o fornecimento de insumos à companhia, cujos administradores, em ato regular de gestão, aceitaram as correspondentes duplicatas contra ela sacadas. Nessa situação, se, posteriormente, verificar-se o inadimplemento, o fornecedor deverá:

- A) apresentar em juízo pedido de afastamento dos administradores.
- B) requerer a convalidação da recuperação em falência.
- C) apresentar reclamação contra os administradores ao comitê de credores.
- D) ajuizar ação executiva em face da companhia ou requerer-lhe a falência.

Resposta: D – art. 73, parágrafo único da Lei 11.101/05

8. Considerando-se a ordem de pagamento aos credores prevista na Lei n.º 11.101/2005, assinale a opção incorreta.

- A) Os créditos tributários exigíveis durante a falência serão pagos posteriormente às restituições em dinheiro.
- B) As multas fiscais moratórias serão pagas posteriormente aos créditos quirografários.
- C) Os créditos derivados da relação de trabalho gozam de preferência absoluta pelo seu valor integral, diferentemente das indenizações por acidentes de trabalho.
- D) Os créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado, serão pagos anteriormente aos créditos com privilégio geral.

Resposta: C – art. 83, I da Lei 11.101/05

9. Em razão do não pagamento de obrigação líquida relativa ao fornecimento de insumos para certo empresário agora falido, o credor deverá:

- A) apresentar habilitação de crédito na falência.
- B) aguardar o encerramento da falência para realizar qualquer cobrança.
- C) ajuizar ação executiva por título extrajudicial.
- D) ajuizar ação de conhecimento.

Resposta: A – art. 9º da Lei 11.101/05

10. As normas da Lei nº 11.101/05, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária:

- A) Aplicam-se às instituições financeiras, sejam públicas ou privadas;
- B) Aplicam-se às sociedades operadoras de plano de assistência à saúde;
- C) Não se aplicam às sociedades seguradoras;
- D) Não se aplicam às sociedades em comandita por ações.

Resposta: C – art. 2º, II da Lei 11.101/05

11. Na nova Lei de Falências, LRE - Lei 11.101/2005, o Comitê de Credores será constituído:

- A) Por determinação do juiz, após manifestação do Ministério Público neste sentido;
- B) Por deliberação de qualquer das classes de credores na assembléia-geral;

- C) Por requerimento do administrador judicial, observando, no que couber, o procedimento do Código de Processo Civil;
- D) Por requerimento do devedor ao juízo, expondo as razões para sua criação.

Resposta: B – art. 26 da Lei 11.101/05

12. Quanto ao novo instituto da recuperação judicial previsto na Lei nº. 11.101/05, é correto afirmar:

- A) Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, exceto os ainda não vencidos;
- B) O administrador judicial será escolhido entre os maiores credores, residente ou domiciliado no foro em que se processa a recuperação judicial, e de reconhecida idoneidade moral e financeira;
- C) Os membros do Comitê de Credores não terão sua remuneração custeada pelo devedor em recuperação;
- D) Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor poderá alienar bens ou direitos de seu ativo permanente, mas somente no caso de evidente utilidade reconhecida pelo Juiz, e desde que tais bens e direitos estejam relacionados no plano de recuperação.

Resposta: C – art. 29 da Lei 11.101/05

13. A Lei de Falências (Lei n. 11.101/05) é aplicável:

- A) À Empresa pública;
- B) À sociedade simples;
- C) À sociedade empresária;
- D) Às associações reguladas no Código Civil.

Resposta: C – art. 1º da Lei 11.101/05

14. Quanto à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, assinale a afirmativa INCORRETA:

- A) Estão excluídas de sua aplicação as instituições financeiras públicas ou privadas;
- B) A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial

37

suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor;

- C) Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, inclusive o decorrente de adiantamento a contrato de câmbio para exportação;
- D) O plano de recuperação deverá ser apresentado pelo devedor em Juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convalidação em falência.

Resposta: C – art. 49 da Lei 11.101/05

15. O protesto cambial é imprescindível para:

- A) A execução do cheque contra o emitente.
- B) Interromper a prescrição da execução de qualquer título de crédito.
- C) O ajuizamento do pedido de falência, fundado em título de crédito.
- D) A ação de cobrança pelo procedimento comum, se estiver prescrita a ação cambial.

Resposta: C – art. 94, I da Lei 11.101/05

16. Se a pessoa contra quem for requerida a falência provar que requereu concordata preventiva anterior à citação:

- A) Sua falência será declarada ex-offício.
- B) O Juiz lhe concederá concordata suspensiva.
- C) O Juiz mandará publicar o pedido da concordata em edital, intimando credores, para, se quiserem, opor embargos à concordata durante 05 (cinco) dias.
- D) A falência não será declarada.

Resposta: D – art. 96, VII da Lei 11.101/05

17. Estava em curso, na 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, ação ordinária de responsabilidade civil, proposta pela Transportadora Amazonense Ltda. contra Confecções Mariposa Ltda., quando a falência desta foi decretada pelo Juízo da 2ª Vara Empresarial. Comunicado esse fato ao Juízo da 1ª Vara Empresarial, deve ele:

- A) Declinar da sua competência em favor do Juízo da 2ª Vara Empresarial.

- B) Suspender o andamento do processo.
- C) Prosseguir com o feito, substituindo a parte ré pela sua massa falida, representada pelo respectivo síndico.
- D) Julgar extinto o processo, para a autora se habilitar na falência da ré.

Resposta: C – art. 6º, § 1º da Lei 11.101/76

18. A falência não será declarada, se a pessoa contra quem for requerida:

- A) indicar bens à penhora, nos autos do requerimento de falência;
- B) requerer concordata preventiva, mesmo depois de citada nos autos do requerimento de falência;
- C) provar a cessação do exercício do comércio há mais de dois anos, por documento hábil do registro de comércio, o qual não prevalecerá contra a prova de exercício posterior ao ato registrado;
- D) provar ter requerido concordata suspensiva, nos autos do requerimento de falência.

Resposta: C – art. 96, VIII da Lei 11.101/05

19. A sociedade empresária XYZ Computação Gráfica S.A. teve sua falência decretada. Na correspondente sentença, foi autorizada a continuação provisória das atividades da falida com o administrador judicial, fato esse que perdurou por um período de 10 (dez) meses. Como são juridicamente qualificados os titulares dos créditos trabalhistas relativos a serviços prestados durante esse interregno posterior à decretação da falência? (2011.1 – FGV)

- A) Credores reivindicantes.
- B) Credores extraconcursais.
- C) Credores concursais.
- D) Credores concorrentes prioritários.

Resposta: B – art. 84, I da Lei 11.101/05

20. A respeito do Administrador Judicial, no âmbito da recuperação judicial, é correto afirmar que (2011.2)

(A) somente pode ser destituído pelo Juízo da Falência na hipótese de, após intimado, não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, suas contas ou os relatórios previstos na Lei 11.101/2005.

- (B) o Administrador Judicial, pessoa física, pode ser formado em Engenharia.
- (C) será escolhido pela Assembleia Geral de Credores.
- (D) perceberá remuneração fixada pelo Comitê de Credores.

Resposta: B – art. 21 da Lei 11.101/2005

21. ABC Indústria S.A. é uma companhia em crise econômico-financeira, sendo devedora de salários em atraso a seus empregados, tributos ao governo federal e créditos a diversos fornecedores decorrentes do fornecimento de matéria-prima. A ABC obteve o deferimento do processamento do seu pedido de recuperação judicial, e, na decisão, o juiz determinou a suspensão de todas as ações e execuções contra a ABC, na forma do artigo 6º da Lei 11.101/2005. Não obstante, diversas reclamações trabalhistas, ainda em fase de conhecimento em curso perante a Justiça do Trabalho, e duas execuções fiscais, em curso perante a Justiça Federal, das quais a ABC era ré, prosseguiram normalmente após o referido deferimento do processamento de sua recuperação judicial.

A respeito da situação da recuperação judicial da ABC, é correto afirmar que (2012.1)

- (A) o juízo da recuperação deverá oficiar aos juízos em que estão sendo processadas as reclamações trabalhistas e as execuções fiscais para determinar a suspensão imediata de tais feitos.
- (B) não há qualquer irregularidade no prosseguimento das reclamações trabalhistas e execuções fiscais mencionadas no enunciado, pois tais ações não são suspensas pelo deferimento do processamento da recuperação judicial.
- (C) apenas as execuções fiscais deverão ser suspensas; as reclamações trabalhistas em fase de conhecimento poderão prosseguir até a sentença que tornar líquido o crédito do trabalhador reclamante.
- (D) apenas as reclamações trabalhistas em fase de conhecimento deverão ser suspensas; as execuções fiscais deverão prosseguir normalmente.

Resposta: D – art. 6º, parágrafo 5º da Lei 11.101/2005

PROPRIEDADE INDUSTRIAL

1. De acordo com a Lei da Propriedade Industrial, poderá ser registrado como marca:

- (A) reprodução ou imitação de título, de moeda ou cédula de curso forçado da União, dos estados, do DF, dos territórios e dos municípios.
- (B) termo técnico que, usado na indústria, na ciência e na arte, tenha relação com o produto ou serviço a distinguir.
- (C) sinal de caráter genérico comum, necessário ou simplesmente descritivo, quando tiver relação com o produto ou serviço a distinguir, vedada a utilização de forma distintiva.
- (D) símbolo ou sinal específico formado por cores e denominações que estejam dispostas ou combinadas de modo peculiar e distintivo.

Resposta: D - arts. 122 e seguintes da Lei 9.279/96

2. De acordo com as leis brasileiras, considera-se criação passível de ser objeto de direito de patente:

- A) o método cirúrgico de transplante de coração em animais.
- B) um processo de fabricação de tinta.
- C) a pintura em que se retrata a imagem de um grupo de pessoas.
- D) o livro científico em que se descrevem aplicações de medicamentos.

Resposta: B – art. 8º da Lei 9279/96

3. Segundo o art. 122 da Lei n.º 9.279/1996, são suscetíveis de registro como marca os sinais distintivos visualmente perceptíveis, não compreendidos nas proibições legais. Com base no regime jurídico das marcas, previsto nessa lei, assinale a opção correta.

- A) À marca de alto renome será concedida proteção em seu ramo de atividade, independentemente de estar registrada no Brasil.
- B) À marca coletiva, se devidamente registrada no Brasil, será concedida proteção para ser utilizada por todos os que atuarem no correspondente ramo de atividade.
- C) À marca de produto ou serviço será concedida proteção para distinguir produto ou serviço de outro, idêntico, semelhante ou afim, de origem diversa.
- D) À marca notoriamente conhecida, desde que registrada no Brasil, será concedida proteção em todos os ramos de atividade.

Resposta: C – art. 123, I da Lei 9279/96

4. Marque a afirmação correta:

- A) A patenteabilidade de invenções e modelos de utilidade está sujeita somente aos requisitos de novidade e não impedimento;
- B) A patenteabilidade de invenções e modelos de utilidade está sujeita somente aos requisitos de novidade e atividade inventiva;
- C) A patenteabilidade de invenções e modelos de utilidade está sujeita somente aos requisitos de aplicação industrial e atividade inventiva;
- D) A patenteabilidade de invenções e modelos de utilidade está sujeita aos requisitos de novidade, aplicação industrial, atividade inventiva e não impedimento.

Resposta: D – art. 8º da Lei 9.279/96

5. A respeito das invenções ou modelos de utilidade, é correto afirmar que (2012.1)

- (A) podem incluir os programas de computador em si.
- (B) podem consistir em técnicas e métodos operatórios ou cirúrgicos.

- (C) bastam atender aos requisitos de novidade e atividade inventiva para serem patenteáveis.
(D) são considerados novos quando não compreendidos no estado da técnica.

Resposta: D – art. 11 da Lei 9.279/96

CONTRATOS EMPRESARIAIS

1. É uma cláusula acessória ao contrato de comissão, no qual o comissário assume o gravame de responder solidariamente pela insolvência das pessoas com quem contratar em nome do comitente. Essa cláusula é denominada. (2011.1 – FGV)
- A) pacto comissório.
 - B) hedge.
 - C) del credere.
 - D) venda com reserva de domínio.

Resposta: C - art. 698 do Código Civil

2. Contrato oneroso, em que alguém assume, em caráter profissional e sem vínculo de dependência, a obrigação de promover, em nome de outrem, mediante retribuição, a efetivação de certos negócios, em determinado território ou zona de mercado. A definição acima corresponde a que tipo de contrato empresarial? (2011.1 – FGV)
- A) Comissão mercantil.
 - B) Agência.
 - C) Corretagem.
 - D) Mandato

Resposta: B - artigo 710 do Código Civil